

PROJETO DE LEI Nº , DE 2016
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Proíbe a retenção de documentos de locomoção pertencentes a devedores executados judicialmente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a retenção de documentos de locomoção pertencentes a devedores executados judicialmente, quando não pagarem a dívida objeto da execução.

Art. 2º O art. 139 da Lei 13.105, de 13 de março de 2015 – Código de Processo Civil – passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 139.....

§ 1º. A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.

§ 2º. Em cumprimento do previsto no inciso IV, não se procederá à apreensão de quaisquer documentos que impeçam a locomoção das partes, salvo por decisão do juízo criminal.” (NR)

Art. 3º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, por decisão judicial da 2ª Vara Cível de São Paulo, da lavra da Juíza Andrea Ferraz Musa, baseada no art. 139, inciso IV do novel Código de Processo Civil, um devedor paulistano teve passaporte e Carteira Nacional de Habilitação apreendidos.

Tal decisão foi veementemente rechaçada pela comunidade jurídica nacional.

O inciso IV do novo CPC, numa interpretação assaz extensiva, foi aplicado como meio de coagir o devedor a pagar uma dívida discutida em juízo.

Pelo disposto no antigo CPC, só era permitido ao juiz usar da penhora ou expropriação de bens para ressarcimento de obrigações pecuniárias.

O atual dispositivo trata dos poderes, deveres e responsabilidades do juiz e confere a ele a possibilidade de:

“Art. 139....IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

A lógica usada pela decisão foi de que a pessoa que não tem dinheiro para pagar o que deve, também não o teria para manter um veículo ou fazer uso do passaporte em viagens.

Todavia o desembargador Marcos Ramos concedeu no dia 9 de setembro último, liminar *“para imediata devolução do passaporte e o afastamento da suspensão do direito de dirigir veículos automotores”.*

Segundo o desembargador, *“em que pese a nova sistemática trazida pelo art. 139, IV, do CPC/2015, deve-se considerar que a base estrutural do ordenamento jurídico é a Constituição Federal, que em seu art.5º, XV, consagra o direito de ir e vir. Ademais, o art.8º, do CPC/2015, também preceitua que ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz não atentará apenas para a eficiência do processo, mas também aos fins sociais e às exigências do bem comum, devendo ainda resguardar e promover a dignidade da pessoa humana, observando a proporcionalidade, a razoabilidade e a legalidade”.*

Na defesa do devedor, que teve os documentos apreendidos, os advogados argumentaram que *“é ilegal e inconstitucional*

impor-se uma pena apenas e tão-somente em razão da insuficiência de recursos” e que no limite “poderia o Magistrado em seu despacho inferir: se o devedor não tem condições de pagar suas dívidas, também não tem condições de comer fora de sua casa, logo, expeça-se ofício aos restaurantes próximos (num raio de X quilômetros, por exemplo) com a foto do devedor, impedindo-lhe que seja o mesmo servido”.

Como se vê, a questão radica-se fundamentalmente no direito da pessoa de locomover-se livremente, quando não tiver cerceada a sua liberdade por necessidade da execução criminal.

Nossa Constituição Federal, art. 5º, inciso XV, garante o direito de ir e vir a toda pessoa, nesses termos:

“XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;”

Por outro lado, também garante:

“LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;”

Com fulcro nestes dispositivos constitucionais, o desembargador acima referido concedeu liminar para devolução dos documentos apreendidos.

Ora, tal estado de coisa afigura-se-nos de lamentar.

Decisões judiciais não podem ferir a Constituição Federal, mesmo que com intuito de dar-lhes efetividade.

Em virtude disso, propomos a alteração do novel CPC para deixar bem clara a proibição de apreensão de documentos que impeçam a locomoção da pessoa, quando não em virtude de restrição da liberdade por sentença criminal.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares a esta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA

2016-13308.docx